

Da Globalização à Privatização: um resgate histórico dos processos de implementação do neoliberalismo no mundo e o desmonte estatal brasileiro

Douglas Roberto Scorsato: É natural de Marau, RS. Graduiu-se em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda pela Universidade de Passo Fundo (UPF-RS). É mestre em Comunicação pela Universidade São Marcos (Unimarco, São Paulo - SP). É coordenador do Curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade de Pato Branco (FADEP).
Endereço eletrônico: douglasroberto@fadep.br, douglasroberto@publicist.com

Resumo: O desenvolvimento da teoria neoliberal no Brasil e no mundo, acompanhado pelo desmonte estatal representado pela prática da privatização, se desenvolveram em ritmo e com jeito próprios, com suas particularidades e peculiaridades. Este artigo, numa discussão teórica, procura resgatar os principais fatos que levaram o Brasil ao neoliberalismo e apresentar seus principais matizes.

Palavras-chave: Globalização. Privatização. Neoliberalismo.

Abstract: The development of the neoliberal theory in Brazil and in the world accompanied by the state dismount represented by the practice of the private enterprise had developed with rhythm and skill proper and also with its particularities and peculiarities. The aim of this article, in a theoretic discussion, is to rescue the main facts that had taken Brazil to the neoliberalism and to present its main shades.

Key-Words: Globalization. Private enterprise. Neoliberalism.

Da Globalização à Privatização: um resgate histórico dos processos de implementação do neoliberalismo no mundo e o desmonte estatal brasileiro

Douglas Roberto Scorsato

1 INTRODUÇÃO

A tão falada, discutida e sentida globalização transformou e influenciou a economia, o consumo, as relações sociais, as relações de trabalho, as relações internacionais, entre outros campos, e é fonte de incontáveis estudos e reflexões, estabelecendo-se como tema das grandes discussões teóricas da era contemporânea, gerando e permeando inúmeros trabalhos e pesquisas. Consciente de tudo isso, esse trabalho se ocupa primeiramente da perspectiva teórica da globalização para contextualizar o processo de privatização inserindo-o na teoria do neoliberalismo,⁹ que lhe serve de fundamento.

2 O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO

Em meados do século XV, um fenômeno denominado globalização começou a tomar forma.¹⁰ Sob efeito do poder real, a

⁹Antecipamos que, ao conceituar o neoliberalismo neste trabalho, a visão apresentada por mim, basicamente, corresponde à análise apresentada pelos grandes críticos contrários a essa teoria, haja vista os referenciais bibliográficos utilizados.

¹⁰Esclarecemos que o conceito de globalização, em sua essência, remete à década de 1960, quando se fixou como perspectiva teórica. A idéia de globalização se sustenta com o auxílio dos meios de comunicação e das novas tecnologias, recursos

globalização caracterizou-se como um ciclo, ainda discreto mas eficaz, de expansão mundial do capitalismo. Com a conquista e exploração dos continentes Asiático e Africano, bem como da América Latina pelos soberanos europeus, a globalização foi pouco a pouco contribuindo para a consolidação de um poder real que, nos moldes do Direito Romano, adotou progressivamente uma configuração estatal de cunho imperialista. (PETRAS, 1999). Em prol dos países desenvolvidos à época, exploravam-se os países em desenvolvimento. Esta foi a tônica deste processo com o passar dos anos. As relações internacionais foram estreitadas visando a uma maior ligação entre os mercados e a uma melhor e mais abrangente circulação do capital mundial, possibilitando um incremento significativo na exploração dos países ainda não desenvolvidos com a extração de matéria-prima e mão-de-obra supervisionada. Desta maneira, a globalização já começava a ser aprofundada e sistematizada.

Nas circunstâncias em que se configurou, o Imperialismo iniciou-se num ritmo de escravismo. As nações poderosas (Portugal e Espanha, na época) sustentavam suas missões náuticas e aventuras continentais às custas dos próprios países por eles descobertos.¹¹ Todo esse processo girava em torno do capital. Na verdade, conforme Ianni (1999, p. 14):

disponíveis a partir da metade do século XX. Portanto, quando alguns teóricos afirmam que a globalização começou a tomar forma no século XV, entendo e reafirmo que o capitalismo, ainda nascituro, começou a se universalizar nessa época, estreitando as relações entre as nações. Portanto, guardam-se todas as proporções entre a universalização inicial do capitalismo e a contemporânea globalização.

¹¹Ressaltamos que além da exploração, os colonizadores se preocuparam no investimento na construção de vilas, hospitais, escolas, igrejas, etc. Há também uma enorme contribuição cultural que deve ser levada em conta.

[...] desde que o capitalismo se desenvolveu na Europa, apresentou sempre conotações internacionais, multinacionais, transnacionais e mundiais, desenvolvidas no interior da acumulação originária do mercantilismo, do colonialismo, do imperialismo, da dependência e da interdependência.

O capitalismo foi ganhando vida e diversas sobre-vidas ao longo da história moderna e contemporânea do planeta. Atualmente, a globalização configura-se como um fenômeno concreto e poderoso, capaz de atingir os pontos mais longínquos e inexpressivos do globo, generalizando ideologias, banalizando conceitos, colocando frente a frente ideais contrários e forçando-os a um entendimento comum. A globalização leva os países a uma única direção: o caminho do capitalismo turbinado.

Hoje, longe de ser original, “a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial.” (IANNI, 1996, p. 11).¹² Esse processo de desenvolvimento mundial mudou totalmente, de uma maneira quase imperceptível de tão silenciosa e natural, a relação entre continentes, países, povos e pessoas, dando origem a inúmeras e diferentes práticas sociais. O século XX

¹²Vale ressaltar, ainda, o conceito acerca da globalização, do geólogo Milton Santos (2000, p. 23): “A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de Internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política. [...] Só que globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único da história, representado pela mais-valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa. Isso poderia ser diferente se seu uso político fosse outro. Esse é o debate central, o único que nos permite ter a esperança de utilizar o sistema técnico contemporâneo a partir de outras formas de ação.”

configurou-se como uma era sem precedentes na História da Humanidade no que tange ao desenvolvimento tecnológico, o que acelerou a criação de um mundo sem fronteiras. Do primeiro automóvel à internet, foram poucos anos de muita evolução e trabalho. Descobertas médicas, invenções eletrônicas, evoluções mecânicas, conquistas espaciais, entre outros feitos, levaram o homem a uma era digital e virtual, consumista e, principalmente, capitalista em sua essência e conteúdo.

Na época da globalização do capitalismo, o capital em geral adquire maior universalidade. Não só subsume as mais diversas formas de capital singular e particular, ou nacional e setorial, como se torna parâmetro universal das atividades e relações desenvolvidas por indivíduos e povos, por empresas e conglomerados nacionais e transnacionais, por governos nacionais e organizações multilaterais. O capital em geral, cada vez mais não só internacional mas propriamente global, passa a ser um parâmetro decisivo no modo pelo qual este mesmo capital se produz e reproduz, em âmbito nacional, regional, setorial e mundial. (IANNI, 1999, p. 70).

A citação anterior é uma amostra de como o capitalismo permeia praticamente a totalidade das ações do ser humano contemporâneo. Esse capitalismo, impulsionado cada vez mais pela dinâmica planetária, gerou diversas transformações na sociedade como um todo. O próprio capitalismo, sendo protagonista desta história, sofreu transformações. Göran Therborn (1998), ao descrever as 4 fases pelas quais o capitalismo passou durante seu desenvolvimento, descrevendo uma evolução constante, diga-se de passagem, notou-se que o triângulo institucional do capitalismo (empresa, Estado e mercado) foi diferenciando seu elemento "norte". No modelo de "capitalismo competitivo clássico", a tríplice: empresa - Estado - mercado, tinha funções parecidas e equivalentes. No "capitalismo organizado ou monopolista", a empresa ficava à frente das relações, definindo sua forma de

atuação. No “capitalismo de Bem-estar”, cabia ao Estado um maior controle no processo. E, por fim, no “novo capitalismo competitivo”, o que se pôde e pode notar é a supremacia total e irrestrita do mercado.

Em meio à evolução capitalista do mundo, as relações de trabalho também sofreram modificações. O trabalho, mais do que nunca, é tratado como mercadoria. Com a reordenação geográfica do capital, os trabalhadores passaram a viver relações de trabalho incipientes e incertas. O relacionamento entre empregado e empregador é visto como algo distante e despótico. Num sistema onde o mercado serve como “norteador”, o trabalho não consegue impor seu caráter humano. Sua característica sistemática e ágil reduz a classe operária a uma grande massa, desprovida de individualidade e sentimento. A volta de antigos conceitos como *fordismo* e *taylorismo*,¹³ disfarçados sob outros nomes, apregoam a antiga administração de resultados, totalmente despreocupada com o lado social, apesar de muitos teóricos e escritores dissertarem sobre a importância de assuntos como: “motivação”, “saúde”, “produtividade” e até mesmo “felicidade”.¹⁴

A experiência dos trabalhadores no trabalho está em constante transição. Há apenas conexões temporárias e laços com colegas trabalhadores, com patrões, com o trabalho a sua volta e o ambiente de convivência. Assim, há muitas relações, embora elas sejam superficiais. A transitoriedade se torna um estilo de vida, no qual não há comprometimentos profundos e onde existe pouca base para a solidariedade social. O resultado

¹³ Termos que caracterizavam as organizações que o trabalho assumiu no início do século XX. O trabalho tratado de forma científica “media” e gerenciava os tempos e os processos, robotizando e mecanizando o trabalhador. Mais tarde, estes conceitos saíram da fábrica para se incorporar ao cotidiano de todos.

¹⁴ Faz-se necessário registrar que, com a evolução do capitalismo, foram implantadas regulamentações nas situações trabalhistas, implícitas em diversos códigos de legislação e leis, amenizando o “cientificismo” do trabalho.

é o declínio dos sistemas de apoio social, a atomização, e um crescente sentimento de vulnerabilidade individual. Quando o desastre ocorre (demissões) o impacto é esmagador. (PETRAS, 1999, p. 14).

Sendo assim, uma sensação de insegurança se instala automaticamente. O subemprego, fruto do expressivo desemprego estrutural, é uma realidade. Sem direitos e sem deveres legais, o subempregado automaticamente se torna um excluído, à margem do processo produtivo e social do Estado. Uma outra realidade presente na atual economia de capitalismo avançado, conhecida também como economia neoliberalista, é o crescimento dos níveis de trabalho com baixos salários. Com a concorrência acirrada e o alto índice de desemprego, os trabalhadores, principalmente os mais jovens, são submetidos à aceitação de uma remuneração aquém de suas obrigações e necessidades, fator que ajuda na manutenção e disseminação das agruras econômicas e dos níveis de insegurança. (PETRAS, 1999).

Existe uma interação mundial dentro da própria empresa exigindo um contato amplo e irrestrito com o que lhe é externo, fator muitas vezes responsável por profundas exclusões. Perdeu-se a noção de capital nacional. Hoje se fala em capital transnacional devido às ligações internacionais necessárias para acompanhar o fluxo do tempo e das coisas. As próprias empresas estão sendo redistribuídas pelo planeta à fora. A chamada “fábrica global” (IANNI, 1999) é subdividida, muitas vezes de maneira virtual, e interligada a diversos lugares do mundo, tecendo uma rede de relações imprescindíveis, para o seu amplo e melhor desenvolvimento. “A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas.” (IANNI, 1999, p. 19). Um exemplo brasileiro descreve, de forma simples, esse

processo global: a Embraer, Empresa Brasileira de Aeronáutica, produz um jato de nome ERJ 145. Essa aeronave tem respaldo no Brasil e no mundo, gerando um certo sucesso. Mas para montá-lo, são utilizados apenas 55% de componentes nacionais. A empresa importa partes da fuselagem da Bélgica; o trem de pouso dianteiro vem da Alemanha; o estabilizador vertical vem do Chile; as asas vêm da Espanha e o interior da cabine de passageiros, o motor e os pneus vêm dos Estados Unidos. (LINHA, 2001). O processo produtivo descrito acima deixa evidente o alto grau de interação entre os países. Essa interação torna patente uma maior competitividade, gerando uma maior e mais acirrada concorrência. “O exercício da competitividade torna exponencial a briga entre as empresas e as conduz a alimentar uma demanda diuturna de mais ciência, de mais tecnologia, de melhor organização, para manter-se à frente da corrida.” (SANTOS, 2000, p. 31).

A globalização assustou e assusta a muitos ainda. “A descoberta de que a terra se tornou mundo, de que o globo não é mais apenas uma figura astronômica, e sim o território no qual todos encontram-se relacionados e atrelados, diferenciados e antagônicos – essa descoberta surpreende, encanta e atemoriza.” (IANNI, 1999, p. 13). Metáforas são criadas para se tentar explicar esse complexo processo, mas o que se vê são palavras desordenadas rumo ao nada. Ganha-se muito em explicação prática gerando uma consciência aparentemente resolvida mas perde-se imensamente na parte conceitual, (ORTIZ, 2000) condição *sine qua non* para o entendimento e o esclarecimento dessa dinâmica mundial. Palavras e expressões como “aldeia global”, “primeira revolução mundial”, “terceira onda”, “nave espacial”, “terrapátria”, “nova babel”, “sociedade informática”, “fábrica global”, “economia-mundo”, “sistema-mundo”, “shopping center global”, “moeda global” e “Disneylândia global”, são exemplos claríssimos de toda uma

parafernália de termos metafóricos que visam identificar processos de desenvolvimento mundial com o fenômeno da globalização. O que fica claro é o envolvimento de todos neste turbilhão mas que, em inúmeras vezes, e aí está um grande problema, as respectivas funções no referido processo não são vislumbradas e, o que é pior, não são nem delineadas. É certo que devido à falta de alternativas capazes de redesenhar a dinâmica mundial, possibilitando um processo mais democrático no que diz respeito ao sistema econômico global, o mundo está girando cada vez mais em função do capital, haja vista os raríssimos adeptos à prática do não-capitalismo, que ainda não lograram propor uma doutrina completa, coerente e acabada, com uma consistência considerável.

A globalização produz um fenômeno interessante no que se refere à perda da noção de território e direção. Segundo Ianni (1996 p. 12):

De maneira lenta e imperceptível, ou de repente desaparecem as fronteiras entre os três mundos, modificam-se os significados das noções de países centrais e periféricos, do norte e sul, industrializados e agrários, modernos e arcaicos, ocidentais e orientais.

Com o intercâmbio cada vez maior entre as nações, os limites geográficos perderam em função e em importância, bem como a noção de norte - sul, leste - oeste, pois todos os caminhos levam a todas as direções formando um plano único em uma única direção. Parece ser um paradoxo, mas não é. A proximidade entre as nações globaliza os costumes e trejeitos, aproxima culturas e ensinamentos, mas também os distancia na desigualdade e na injustiça.¹⁵

¹⁵Mesmo sabendo da profunda e cruel desigualdade social que assola o planeta, os objetivos desse trabalho não contemplam uma maior profundidade no que diz respeito às conseqüências sociais da atual e crescente globalização.

Da mesma forma, a metropolização do mundo também é um fator inerente à globalização. A metropolização se apresenta como o resultado de um crescimento incrível da estrutura de algumas cidades. (AB'SÁBER, 1997). Super-cidades estão se configurando como símbolos do desenvolvimento mundial, separando cada vez mais os conceitos de “urbano” e “rural”, em que o primeiro caminha para a hegemonização universal, enquanto que o último caminha para a dissolução. Esse processo é mais bem entendido quando se notam os níveis técnico, químico e mecânico que os processos de trabalho e de produção no mundo rural atingiram, estabelecendo uma forte influência do mundo urbano sobre o rural, modificando-o de várias maneiras.

Diante da globalização do mercado, da fragmentação da produção, da deslocalização do trabalho, da flexibilidade das tecnologias, as instituições econômicas transnacionais se rearticulam, determinando lugares de comando de suas atividades planetárias. A cidade global é, portanto, um núcleo articulador do capitalismo mundial. A rigor, nenhuma dessas cidades pode ser entendida dentro de suas próprias fronteiras. Internamente, elas se dilatam, e abrangem a área metropolitana em seus respectivos países; externamente, constituem uma rede, um conjunto dinâmico, composto por pólos interativos. (ORTIZ, 1997, p. 55).

Essas super-cidades caracterizam-se por serem detentoras da tecnologia avançada, armazenadoras de boa parte da produção cultural em âmbito mundial, propiciadoras do melhor desenvolvimento humano, concentradoras de mão-de-obra, conseqüentemente de capital, e caracterizam-se ainda por serem símbolos da modernidade. Esse superdesenvolvimento configura super-cidades incapazes de enfrentar problemas básicos, que se tornam gravíssimos à medida que o tempo avança: superpopulação; falta de capacidade e organização da infra-estrutura; aumento do desemprego estrutural, em função da falta de alternativas para o

alargamento do mercado de trabalho. Todos esses problemas se enraízam na essência constitutiva dessas cidades, constituindo fator agravante em países chamados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Algumas dessas super-cidades se caracterizam por serem também cidades globais. Com a alta movimentação estrutural e territorial que a metropolização e a dinâmica da globalização promovem, essas cidades configuram-se como pontos estratégicos de articulação do capitalismo. Caracterizam-se também, por serem como uma espécie de concentração de nuances mundiais, devido à interação com o mundo.

De tanto crescer pelo mundo afora, a cidade global adquire características de muitos lugares. As marcas de outros povos, diferentes culturas, distintos modos de ser podem concentrar-se e conviver no mesmo lugar, como síntese de todo o mundo. (IANNI, 1996, p. 74).

Em contraponto, mas de maneira alguma distante do processo de desenvolvimento mundial, o fenômeno do regionalismo (IANNI, 1999) tem, em tempos de globalização, a oportunidade de crescer e se caracterizar como elemento importante para o entendimento da sociedade. Enquanto as fronteiras se expandem facilitando as relações internacionais, o mundo se agrupa de tal forma levando à criação de blocos internacionais-regionais com características e interesses próprios de cada setor.

A globalização do capitalismo está sendo acompanhada da formação de vários sistemas econômicos regionais, nos quais as economias nacionais são integradas em todos os mais amplos [sic], criando-se assim condições diferentes para a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas. Em lugar de ser um obstáculo à globalização, a regionalização pode ser vista como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a conformá-la à dinâmica da economia transnacional. (IANNI, 1996, p. 127).

Em 1947, o chamado Plano Marshall teve início com a finalidade de incentivar e promover a recuperação econômica e social dos países europeus mais prejudicados com a Segunda Grande Guerra. Esse plano acabou por instaurar o primeiro projeto de integração regional, o qual teve acompanhamento da recém criada Organização para a Cooperação Econômica Européia e do Programa de Reconstrução Européia. Logo em seguida, foram feitos os primeiros esforços para a efetivação de uma Comunidade Econômica Européia, fato consumado em 1992 com o Tratado de Maastricht, dando vida à União Européia, integrando-se Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Grã-Bretanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal. (IANNI, 1999).

Seguindo o mesmo ideário regionalista, outros blocos econômicos efetivaram-se, redesenhando o mapa político da Terra. A comunidade de Estados Independentes (CEI), objetivando a criação de uma zona de mercado comum, é formada por antigas repúblicas da extinta União Soviética, sob a liderança da, ainda poderosa, Rússia. Dois projetos de integração regional estão sendo desenvolvidos na Ásia e na Oceania. A Associação das Nações do Sudoeste Asiático (Asean), propõe integrar Brunei, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia; bem como a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec), integrando mercadológica e produtivamente os países da Austrália, Brunei, Canadá, China, Cingapura, Coréia do Sul, Estados Unidos, Taiwan, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné e Tailândia. (IANNI, 1999).

O Nafta (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio) une Canadá, Estados Unidos e México num poderoso bloco econômico à luz da globalização e parte do pressuposto de que a relação entre esses países já possui bases bem definidas, organizando e agilizando

o processo de regionalização. O Mercado Comum do Sul (Mercosul), que reúne Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, já está em vias de fato mesmo com a morosidade do processo, bem como outros grupos em estudo, mas que também privilegiam a integração e o acordo comercial como: Grupo dos Três, reunindo Colômbia, México e Venezuela; Mercado Comum da América Central reunindo Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá; Associação de Livre Comércio do Caribe, reunindo alguns países caribenhos; Comunidade Econômica da África Ocidental, reunindo Benin, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo; Conselho de Cooperação do Golfo reunindo Arábia Saudita, Emirados Árabes e Kuwait e, por fim, o Grupo Andino reunindo Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. (IANNI, 1999).

É claro que alguns destes projetos ainda estão em fase embrionária e muitos nem terminarão seu processo de gestação, mas o que se quis demonstrar foi o nível de integração almejada pelas nações, vislumbrando uma maior penetração mercadológica em tempos de capitalismo acelerado. Transpor as fronteiras é a palavra de ordem da globalização, mas a união ainda aparece como a ferramenta mais eficaz para o crescimento nacional, conceito este (nacional) que também sofre alteração com todo esse processo. Os sistemas econômicos regionalizados possuem, conforme Ianni (1999, p. 33):

[...] muitas diferenças entre eles, cabe reconhecer, no entanto, que todos combinam nacionalismo, regionalismo e globalismo. Destinam-se a acomodar as condições e as potencialidades nacionais com as que se anunciam em âmbito regional e com as que dinamizam a economia mundial.

3 O NEOLIBERALISMO E SUAS PARTICULARIDADES

Dentro de todo esse turbilhão global, o capitalismo traz consigo uma ideologia econômica que se tornou símbolo dos governos nas últimas décadas. Fruto do grande ideário liberal dos séculos 17 e 18,¹⁶ que pregava a liberdade individual, e tinha, segundo Lanzoni (1998, p. 12) “sua base voltada inteiramente para a idéia de liberdade,” o direito à propriedade, à democracia representativa, com a autonomia entre os poderes, à livre iniciativa e à concorrência como princípio básico capaz de harmonizar os interesses individuais e coletivos, o neoliberalismo configurou-se como a principal corrente ideológica da globalização contemporânea, fixando raízes profundas no complexo e dinâmico jogo capitalista. O neoliberalismo é uma teoria econômica que ganhou corpo logo depois da II Guerra Mundial, na Europa e nos Estados Unidos, como reação ao modelo do Estado de Bem-estar social ou *Welfare State*.¹⁷ O modelo neoliberal considera a intervenção do Estado uma ameaça à liberdade econômica e política. Seu objetivo principal foi, na altura em que foi implementado, combater a forte influência das teorias de John Maynard Keynes¹⁸ e, assim, preparar as bases de um novo capitalismo.

¹⁶ Liberalismo nada mais é do que a ideologia da liberdade. Para os liberais, a Liberdade é o valor supremo, entendendo-se por liberdade a inexistência de coerção.

¹⁷ O Estado como provedor. O Estado como mercado. O Estado como elemento “norte” regulando o mercado e provendo o bem-estar social. Aliás, Atilio Borón (1998) introduz o conceito de “morte pública” do Estado, como consequência da função desempenhada pelo neoliberalismo.

¹⁸ Keynes é autor de uma das mais influentes obras de economia do século XX, merecendo destaque A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Essa obra demarca explicitamente sua preocupação com o sistema capitalista, que ele chama de instável. Ele deixa claro que o capitalismo, na forma como se encontrava, gerando concorrência e buscando o ganho máximo, proporcionariam o egoísmo e a

Com o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar, os neoliberais viram-se livres para traçar suas estratégias. Friedrich Hayek, no texto intitulado *O Caminho da Servidão*,¹⁹ (apud ANDERSON, 1998), defendia um mercado livre sem qualquer intervenção por parte do todo poderoso Estado da época. Esse texto, sob a forma de manifesto, contrapôs-se totalmente aos pressupostos dos adeptos da política do Estado de Bem-Estar social, estabelecendo-se, a partir de então, uma separação bem clara entre ambas as teorias. Isso aconteceu entre 1945 e 1947, com a fundação da Sociedade de Mont Pèlerin, que contava com a participação de líderes notáveis como: Milton Friedman, Karl Popper, Walter Lipman, Ludwig Von Mises, entre outros, liderados por Hayek, no intuito de estabelecer as metas de ação e formas de contenção do Estado intervencionista.

Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. As condições para este trabalho não eram de todo favoráveis, uma vez que o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes – sua idade de ouro -, apresentando o crescimento mais rápido da história, durante as décadas de 50 e 60. Por esta razão, não pareciam muito verossímeis os avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado. (ANDERSON, 1998, p. 10).

desarmonia global, impossibilitando um estado de Bem-estar. Com o livre mercado, os agentes econômicos – produtores, consumidores e trabalhadores – poderiam gerar crises consideráveis, desestabilizando o binômio oferta - demanda. Essa vertente contra o capitalismo turbinado caracterizou-se como revolução keynesiana.

¹⁹Esse texto é considerado o “texto chave” para o início do neoliberalismo no mundo. Na verdade, Hayek buscava, com esse ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, atingir diretamente o atual Partido Trabalhista inglês da época, que efetivamente venceria as eleições naquele momento. A mensagem de Hayek foi drástica: “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna.” (ANDERSON, 1998, p. 9).

Apesar da organização política e da força ideológica que tinha o Estado de Bem-Estar, principalmente depois da reconstrução da Europa de após-guerra, os neoliberalistas pregavam suas “visões” de futuro: a alternativa seria um mercado sem intervenção, portanto, um mercado neoliberal.

Mas foi somente em 1973 que o neoliberalismo ganhou terreno. Devido à fortíssima crise em que mergulhou o modelo capitalista, causada principalmente pelos baixos índices de crescimento e altas taxas inflacionárias, Hayek e seus aliados, inspirados por tal momento, declararam, segundo seus ideais e princípios, as verdadeiras razões de tamanha crise. De acordo com suas afirmações, o poder excessivo e irrestrito dos sindicatos e, de maneira mais ampla, o poder do próprio movimento operário, acabaram por corromper o frágil sistema capitalista, minando suas bases e impossibilitando seu próprio desenvolvimento e crescimento. Afirmaram ainda que, com essa dinâmica, o Estado vivia em função dos gastos sociais cada vez maiores e as empresas em função de reivindicações pró reajustes salariais, enfraquecendo a produção, diminuindo os lucros e alavancando a inflação. O antídoto era claro: manter um Estado forte capaz de lutar e romper com todas as amarras sindicais, mantendo a eficácia no controle do dinheiro, mas, e aí está o principal caminho para o neoliberalismo, sem o direito de intervir no mercado, permitindo que o próprio mercado criasse sua dinâmica. A tarefa designada a esse mercado seria a de reajustar toda a política econômica, principalmente no que tange à estabilização monetária, fortalecendo as empresas, gerando lucros, conseqüentemente proporcionando crescimento às nações, fornecendo uma gama de benefícios que até então o modelo keynesianista não havia sido capaz de oferecer, nem que para isso a desigualdade e a injustiça tivessem que imperar, haja vista o controle fiscal severo pelo qual o Estado teria que passar,

diminuindo os impostos das altas rendas, estabelecendo uma desigualdade “saudável” ao melhor estilo neoliberal. (ANDERSON, 1998).

[...] o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover os mercados competitivos. [...] A preservação da liberdade é a principal razão para a limitação e descentralização do poder do governo. (FRIEDMAN, 1984, p. 12).

Assim, o neoliberalismo dava sinais de que a única alternativa para o bom desenvolvimento do Estado seria a incorporação de seus ideais aos ideais neoliberais, caracterizando a grande vitória que o neoliberalismo obteve: a conquista ideológica e cultural. (BORON, 1999).

A década de 70 foi marcada pelas tentativas e, por fim, pela implementação do ideário neoliberal. Com a ascensão ao poder da primeira-ministra Margaret Thatcher na Inglaterra no ano de 1979, e de Ronald Reagan nos Estados Unidos no ano seguinte, a teoria econômica neoliberal delineou-se como o modelo ideal de funcionamento do Estado. Os efeitos desta ideologia foram logo sentidos na Inglaterra. O governo Thatcher retraiu a emissão monetária, elevou significativamente as taxas de juros, baixou consideravelmente a taxa sobre os rendimentos mais altos, enfraqueceu o poder dos sindicatos facilitando o aumento dos níveis de desemprego, e, entre outras medidas, cortou drasticamente os gastos sociais. Como se vê, a cartilha neoliberalista foi seguida à risca pelo governo inglês. Já nos Estados Unidos, o processo se deu uma forma um pouco diferente. Isso por que o governo americano estava também direcionando esforços para a competição militar com a então superpotência União Soviética. Mas esse interesse não

impediu que algumas medidas, tal como na Inglaterra, fossem tomadas. Diminuição dos impostos em prol dos mais abastados, repressão grevista e elevação da taxa de juros, caracterizaram sua política interna.

Já nos anos 80, a onda neoliberal foi se propagando de país em país, da Alemanha à Austrália, da Dinamarca ao Japão, apresentando um panorama totalmente novo de mundo, interligado pela mesma ideologia. Os países que tentavam organizar políticas econômicas diferentes, preocupados com a redistribuição da renda e com os serviços de proteção social, se viam automaticamente encurralados pelo poderio neoliberal, o qual os forçava a controlar e ajustar suas políticas orçamentárias, a estabilizar suas moedas, a aceitar o desemprego estrutural, entre outros efeitos da implantação do neoliberalismo. A alternativa era tentar aderir à política neoliberal da forma menos dramática e impiedosa possível.

Os anos 90 adentraram mergulhados no livre mercado. Àquela Sociedade de Mont Pèlerin, todos os créditos em favor da defesa e implementação do modelo neoliberal. Mas a verdade é que uma nova década era inaugurada mediante a configuração de sucesso que o neoliberalismo apresentava. No entanto, o êxito do neoliberalismo demonstrava apenas sua abrangência, mas em resultados claros deixou a desejar. A onda neoliberal estancou muito bem o processo inflacionário em que vivia o planeta nos anos de 1970. Mas em relação ao crescimento, os níveis foram decepcionantes. Enquanto os níveis de inflação²⁰ decresceram (de 8,8% para 5,2%, entre anos 70 e 80), e os lucros aumentaram (queda de 4,2% nos anos 70 para aumento de 4,7% nos anos 80), principalmente pelo controle sobre os sindicatos, a contenção de salários e o aumento do desemprego – fator de êxito em um sistema

²⁰Índices referentes aos países pertencentes a OCDE (Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento).

de livre mercado -, os números do crescimento foram decepcionantes. Entre os anos 70 e 80 o que se viu foi uma curva decrescente nos números. Nos anos 60, os países da OCDE de capitalismo avançado, apresentaram um incremento anual de 5,5%, nos anos 70, um aumento anual de 3,6% e nos anos 80, os frustrantes 2,9%. (ANDERSON, 1998). Mesmo com o aumento nos lucros, os investimentos tornaram-se difíceis, principalmente no início dos anos 90, época que assistiu a mais uma onda recessiva do capitalismo. Ainda assim, os governos neoliberais sobreviveram às intempéries, elegendo seus sucessores, rumo ao novo milênio, realidade clara e evidente nos dias de hoje. Sendo assim, tudo levava a crer que o neoliberalismo, devido à grandiosidade de sua ação e empenho, sustentar-se-ia ainda durante muito tempo.

4 O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

O Chile pode ser considerado precursor do neoliberalismo na América Latina. Serviu de exemplo até para alguns países europeus na implementação do programa neoliberal. Com seu ditador-presidente, o general Augusto Pinochet, o Chile reprimiu os sindicatos, redistribuiu a renda de uma forma mais desigual, controlou os salários, automaticamente propiciou um aumento nos níveis de desemprego, e assim por diante. Essas transformações foram mais intensas devido ao forte regime militar a que o país foi exposto. A exclusão total da democracia, em favor de um regime ditatorial sem precedentes, significou que as mudanças deixaram marcas mais profundas do que em outros países. Mas como a cartilha neoliberal não fazia questão de citar a democracia como bem necessário ao êxito, tudo estava sob controle, até por que uma das características do plano neoliberal refere-se ao processo de reconcentração de renda, beneficiando os mais abastados, condição

inconcebível num regime absolutamente democrático, que prega a igualdade social. (BORON, 1999). Depois do Chile, que apresentou níveis de crescimento invejados pelos próprios países europeus, seguiram-se a Bolívia, em 1985, o México, em 1988, a Argentina, em 1989, Venezuela e Peru, em 1990, todos países apresentando índices hiperinflacionários. O Brasil aderiu definitivamente a esta onda a partir do ano de 1995, com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à Presidência, apesar de, no país, serem sentidos os efeitos neoliberais desde 1989, com o então presidente José Sarney.

Em 1989, a inflação já apresentava índices alarmantes, fator ideal para o desenvolvimento de um plano neoliberal. Foi com o enfraquecimento do Estado brasileiro, com a sua profunda dilapidação desde a ditadura militar, que Fernando Collor de Mello foi eleito, prometendo acabar com a corrupção e “consertar” o Estado doente. Pouco fez, afastado por *impeachment* no ano de 1992 depois de um gravíssimo escândalo de corrupção. Já em 1993, o Brasil pôde sentir os efeitos que os ingleses haviam sentido uma década atrás. Com Itamar Franco na Presidência da República e com o então Senador-Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o Brasil se preparou para uma investida poderosa em busca de soluções no programa neoliberal. Com a preparação da URV (Unidade Real de Valor) objetivando a implementação de um novo sistema financeiro, embasado numa hiperinflação controlada e administrada pelo governo, notou-se que nada mais era do que uma “[...] forma pedagógica de incutir a desesperança nas formas econômicas, sociais e políticas que estavam sendo construídas, que lutaram contra o projeto neoliberal, para uma nova investida neoliberal.” (OLIVEIRA, 1998, p. 26). Com o Plano Real, que foi anunciado como “salvador da pátria,” o ideário neoliberal encontrava um terreno fértil e próspero para crescer e se multiplicar, fato que veio a se confirmar com o passar dos anos.

Mas no Brasil, uma particularidade marcou a implementação do neoliberalismo. O movimento sindical que fôra completamente rechaçado nos países desenvolvidos, sobreviveu fortemente aqui. Ao contrário de muitos países, a década de 90 foi marcada pela criação de “[...] três grandes centrais de trabalhadores, com diferenças programáticas e ideológicas, sem dúvida, mas [demonstrando] um movimento totalmente contrário àquilo que o pessimismo indicava como sendo o roteiro da derrota da sociedade.” (OLIVEIRA, 1998, p. 25). Uma demonstração da vitalidade pela qual a sociedade brasileira passou, apesar das tentativas em contrário. A organização dos trabalhadores significa a tentativa de se manter a democracia num Estado, mesmo com a chamada repressão empresarial. Esse setor escolhe então instalar suas fábricas em regiões onde o movimento sindical não estivesse bem estruturado ou fosse praticamente inexistente, demonstrando, segundo Oliveira (1998, p.27) a “[...] arrogância da grande burguesia” em querer prejudicar os esforços contrários ao neoliberalismo, esforço esse difícil, haja vista a disparidade de forças entre ambos os lados. Ao contrário, no Brasil, a resistência social imposta ao governo, principalmente ao de Fernando Henrique Cardoso, tem limitado e muito as reformas neoliberais planejadas. (BORON, 1999).

5 PRIVATIZAÇÃO: UM RETRATO FIEL DO NEOLIBERALISMO

Mesmo com a demonstração de força dos governos neoliberais ao atacar as políticas sindicais e os salários, liberando o mercado e impulsionando o capitalismo como nunca antes visto, o seu retrato mais fiel, sem dúvida alguma, é o desmonte estatal, ou seja, a privatização. Inglaterra e Estados Unidos se lançaram num amplo projeto de privatização abrangendo desde a habitação

pública, passando por indústrias de aço, gás, e petróleo, e culminando nas indústrias de eletricidade e de água. O desmonte estatal foi mais radical na Inglaterra, é preciso que seja dito, mas funcionalmente e ideologicamente os dois países seguiram à risca os mandamentos da nova ideologia. Essa transformação que implica na exclusão do patrimônio estatal percorreu os demais países. É preciso deixar claro que o programa de privatização revelou-se como uma tendência poderosa para a efetivação das metas traçadas pelos governos, os quais queriam um estado mínimo, mas presente, regulador em algumas questões, mas não tão atuante no que tangia à variante “mercado.” As privatizações, em muitos casos, significaram ou significam

[...] um patrimônio público, entregue à iniciativa privada com um diferencial entre o valor do patrimônio público e o preço pago, na maior parte dos casos em moedas podres que não representam o custo do que seria necessário para pôr de pé outras unidades produtivas. (OLIVEIRA, 1999, p. 75).

Todo esse leque de transformações ocorreu de forma sistemática e dinâmica, mas não sem manifestações em contrário. O processo integral de privatização de todos os setores antes administrados pelo Estado, mexeu profundamente com os brios dos nacionalistas, operários, partidos políticos de oposição e sociólogos, os quais têm tentado, sem muito êxito, conter os avanços expressivos do neoliberalismo pelo mundo.

Direitos, demandas e necessidades anteriormente consideradas como assuntos públicos transformaram-se, da noite para o dia, em questões individuais diante das quais os governos de inspiração neoliberal consideram que nada têm a fazer a não ser criar as condições mais favoráveis para que seja o mercado o encarregado a lhes dar uma resposta. (BORON, 1999, p. 27).

O mais interessante é a capacidade de legitimação democrática que o projeto neoliberal, com suas privatizações, tem alcançado. Parece que o dinamismo do processo tem efetivado automaticamente esta prática, para a felicidade dos neoliberais, que conquistam muito mais facilmente seus objetivos. E é nesse ponto que o neoliberalismo se mostra contraditório. A idéia de um Estado forte mas não-interventor não se cumpriu, figurando apenas na teoria. Isso por que o Estado continua usando seus “poderes” para a legitimação do plano neoliberal, incidindo sobre os órgãos Legislativo e Judiciário. Portanto, não só no Estado brasileiro mas, inevitavelmente, no restante dos países neoliberalistas, o Estado continua aparecendo como interventor, pois conforme Oliveira (1998, p. 30):

Quem pensa que é o mercado que está governando não conhece da missa um terço. Essa tendência revela-se na supremacia de uma política antipolítica, que se resume ao império do Executivo sobre o Legislativo e mesmo sobre o Judiciário, num governo [brasileiro] que se proclama o arauto da institucionalização.

Portanto, segundo Petras (1999, p. 38):

[...] a privatização deve ser entendida como parte de uma *estratégia global* que tem suas raízes num ataque à sociedade civil e à política democrática, nas intervenções militares violentas e no uso de decretos arbitrários do Poder Executivo. [...] A privatização é essencialmente um ato político, tendo pouco ou nenhum “valor intrínseco” como estratégia econômica nacional e certamente não adicionando nada para a criação de novos empregos e taxas mais altas de poupança e investimento, nem criando novas forças produtivas.

5.1 IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, a idéia da desestatização remonta ao ano de 1974, quando o ex-ministro da fazenda Eugênio Gudin proferiu as seguintes palavras, segundo Pinheiro (2000, p. 17): “Vivemos, em princípio, num sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos regimes comunistas.” A partir daí, o jornal o Estado de São Paulo publicou onze artigos especiais sob o título: “O caminho para a Desestatização”, marcando o início de uma séria transformação na sociedade brasileira rumo às privatizações, gerando uma série de discussões e manifestos, fatos, aliás, que são notados constantemente, registrados em jornais, pelos meios de comunicação.

[...] uma marcha acelerada de reversão das nacionalizações efetuadas no pós-guerra. Esta maré privatizante marca uma ruptura muito clara com as estratégias industriais anteriores, que valorizavam as empresas públicas como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento econômico soberano. Esse processo se faz sentir com muita força hoje no Brasil – não só com as privatizações já efetuadas nos últimos quatro anos, mas também com as proposições de quebra de monopólios estatais considerados ‘intocáveis’ até aqui, como o petróleo e as telecomunicações. (FERNANDES, 1998, p. 55).

O Brasil definitivamente abandonava o ideal dos anos 60, manifesto na declaração de que seria importante que os monopólios naturais fossem públicos, fato que contou com o apoio e o consenso dos movimentos de esquerda, centro e direita (SINGER, 1997). Em contraposição à essa ideologia política, em 1990, o Brasil se incorporou ao conjunto de países em processo de privatização em massa. O então presidente Collor envia, ao Congresso Nacional, a

Medida Provisória 115, que se transformaria na lei 8.031, a qual instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND), lei que rege a maioria das ações, no que tange ao processo de privatização, até hoje. (PINHEIRO, 2000). A administração Collor, ao tomar posse, encontrou um Brasil com uma inflação avassaladora de 84% a.m.²¹ Sabia que precisaria tomar uma decisão efetiva frente ao problema econômico de um país agonizante. Desta forma, o Plano Collor I chegou causando um grande furor. O Banco Central, numa medida extrema, teve seus ativos financeiros congelados por 18 meses, restando-se assim, aproximadamente, 40 bilhões de cruzados novos (moeda em vigor na época), que seriam devolvidos em 12 parcelas posteriormente. Tentou-se desta forma diminuir o alto índice de liquidez da dívida pública, fator considerado por analistas e economistas como um dos responsáveis pela inflação galopante com que o governo anterior convivera. O governo deveria iniciar rapidamente o processo de privatização, tendo em vista a possibilidade de incentivar a população a adquirir ações das empresas estatais com a poupança retida. Esta estratégia foi por água abaixo: naquele ano não houve nenhuma privatização, a primeira só ocorreria no final de 1991, com a privatização da Usiminas. A difícil tarefa de implementação do PND decorreu das medidas de segurança inseridas na lei, que tentavam impedir irregularidades nas privatizações. O governo não desconhecia os sérios problemas financeiros que enfrentavam as “privatizáveis”, bem como a oposição de alguns setores da sociedade brasileira à privatização e a conseqüente e inevitável luta na justiça para derrubar liminar a favor da não-privatização de algumas empresas.

As privatizações eram difíceis também pelo fraco desempenho da economia nacional. Em 1992, o Brasil amargou um

²¹ Índice registrado no início de 1990.

índice inflacionário de 1.158% e uma taxa de desemprego de 5,8%. O reflexo deste panorama foi a falta de segurança, por parte dos empresários e investidores estrangeiros, em aplicar no Brasil. Com isso, o governo tinha consciência da importância que o PND tinha para a nação. No período de 1990 a 1992, aproximadamente 20 empresas foram privatizadas.

Quando assumiu a presidência da República em 1992, depois do processo de *Impeachment* pelo qual passou Fernando Collor de Mello, Itamar Franco trouxe consigo o descontentamento referente à privatização da Usiminas, o que gerou desconfiças por parte dos investidores nacionais e internacionais no que dizia respeito ao PND. Mas como não poderia voltar atrás devido ao caos econômico, Itamar acelerou o processo, chegando ao final de seu mandato com mais privatizações realizadas que seu antecessor. “A privatização deixou de ser uma política governamental para se tornar uma reforma com ampla sustentação política.” (PINHEIRO, 2000, p. 25). Neste período, Itamar baixou as taxas de juros, permitindo assim que a economia se expandisse, acarretando a diminuição do desemprego e o aumento nas taxas de investimento, mas mesmo assim a inflação continuava a subir. Foi nesse momento que o Plano Real, o plano econômico mais ousado da história do desenvolvimento do Brasil, entrou em vigor. Trouxe consigo uma nova moeda: o Real; encarregou-se de diminuir drasticamente o índice da inflação, aumentando, por conseguinte, a renda real e a oferta de crédito (PINHEIRO, 2000), impulsionando de vez a economia. De 1991 a 1994, a maioria das empresas estatais já estava nas mãos privadas. Todas as empresas públicas da área de siderurgia e de fertilizantes haviam deixado o Estado. Cerca de 21 empresas foram privatizadas neste período.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso assume com o mérito de ter conseguido domar a inflação um semestre antes.²² Essa referência, mais a de ter conseguido manter a estabilidade nos preços, foram os pontos fortes para uma reeleição que aconteceria no ano de 1998. Com uma moeda forte e uma taxa de câmbio sob controle, o governo de Fernando Henrique passou por crises mundiais como a do México e a da Rússia, com pequenas baixas. Restava então, dirigir-se ao PND. Não obstante o início moderado, o que se viu foi o maior processo de privatização brasileiro. A este processo, incorporaram-se as empresas de mineração e infraestrutura. Em 1996, a Light, empresa no setor de eletricidade, foi privatizada, seguindo-se em 1997 da Companhia Vale do Rio Doce terminando em 1998 com a venda da Telebrás. Entre os anos de 1995 e 1998 foram privatizadas 23 empresas. Resumindo, de 1991 a 1999, o Brasil havia privatizado 115 empresas estatais, além de ter realizado algumas renegociações de dívidas públicas, diminuindo o déficit. Todo esse esforço caracterizou-se como a única saída para o Brasil regular sua economia, afastando o fantasma da inflação, retomando o nível de crescimento (modestos, é verdade), diminuindo a dívida pública e se adaptando ao processo de mundialização da economia.

Embora todo esse desmonte estatal tenha acontecido, o programa neoliberal brasileiro teve uma particularidade em relação aos outros programas mundiais. Enquanto Thatcher, na Inglaterra e Reagan, nos Estados Unidos, declaravam suas reais intenções em relação a seus estados, deixando claro o que iriam fazer (desmonte, autoregulação, controle salarial, etc.), no Brasil assistiu-se a um certo suspense em relação às medidas que seriam tomadas. Fernando Henrique chegou ao poder falando em “mudanças político-

²²Como já foi dito, Fernando Henrique Cardoso foi Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco.

constitucionais (incidindo na tributação, no sistema previdenciário, etc.), mas não esclarece minimamente o efetivo conteúdo dessas mudanças.” (PAULO NETTO, 1998, p. 34). Na verdade, a implementação do programa neoliberal, principalmente do projeto de desestatização, ocorreu de forma bem distante da transparência. Quando os setores críticos da sociedade brasileira se deram conta, tudo já havia começado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde notar, o processo de privatização no Brasil e no mundo seguiu uma espécie de cartilha. Cartilha que se auto-inventou através dos tempos e que tem sua gênese nos primeiros movimentos de integração regional e continental deste planeta: o fenômeno da globalização. A globalização encurtou distâncias, reinventou culturas, matou ideologias e criou muitas outras, mas deixou e deixa uma estranha sensação de insegurança. O desmonte estatal, por meio da prática da privatização acelerada, mostrou-se eficiente no que tange aos preceitos do atual capitalismo, sofisticado e poderoso, mas totalmente ineficiente para lidar com os inúmeros problemas sociais pelos quais passa esse mundo do século XXI. Se o capitalismo é um caminho sem volta, que esse caminho possa ser mais seguro e agradável a todos, não apenas aos detentores do capital econômico, sob pena de termos que lidar com algo ainda mais incerto: a desagregação total da atual sociedade.

7 REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Aziz. Metropolização e Globalização: desafios e reposição conceitual. In: GADELHA, Regina Maria Fonseca (Org.).

Globalização, metropolização e políticas neoliberais. São Paulo: EDUC, 1997.

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BOLANÕ, César R. Siqueira. Economia política, globalização e comunicação. In: BOLAÑO, César R. Siqueira (Org.). **Globalização e regionalização das comunicações.** São Paulo: EDUC, 1999.

BORON, Atilio A. Os novos Leviatãs e a *pólis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência democrática na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo A. A. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** São Paulo: Vozes, 1999.

BORON, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo A. A. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo A. A. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IANNI, Otávio. Nacionalismo, regionalismo e globalismo. In: BOLAÑO, César R. Siqueira (Org.). **Globalização e regionalização das comunicações.** São Paulo: EDUC, 1999.

LANZONI, Augusto. **Iniciação às ideologias políticas**. São Paulo: Ícone, 1998.

LINHA Internacional. **Veja**, São Paulo, ed. 1693, n. 12, ano 34, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. A derrota da vitória: a contradição do absolutismo de FHC. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 50, março de 1998.

_____. À sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo A. A. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** São Paulo: Vozes, 1999.

_____. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **Um outro território**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

PAULO NETTO, José. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo A. A. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PETRAS, James. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fábio. Os antecedentes macroeconômicos e a estrutura institucional da privatização no Brasil. In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro (Orgs.). **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: Departamento de Relações Institucionais, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SINGER, Paul. O papel do Estado e as políticas neoliberais. In: GADELHA, Regina Maria Fonseca (Org.). **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**. São Paulo: EDUC, 1997.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.